

## Os caminhos da eleição

Gaudêncio Torquato (\*)

*O Não Voto – abstenção, votos nulos e brancos – , nesse momento de início de campanha eleitoral, atinge seu mais alto índice, chegando a 40%*

Há pesquisas dando conta de que beira os 50% em algumas regiões. Ocorre que nunca se viu um interesse tão grande pelo pleito, o que se observa em todos os circuitos. Aparentemente, trata-se de contradição. De um lado, emerge uma disposição do eleitorado em se afastar do processo eleitoral, anular ou deixar em branco seu voto, e, de outro, constata-se grande motivação em debater o quadro político-eleitoral. Há nexos entre as duas posições? A resposta é afirmativa.

O conjunto de crises a que se submete o país – política, econômica, moral-ética – mexe com os brios do eleitor. Se, por um lado, abre os pulmões da revolta, fazendo com que a sociedade vire as costas para a política, por outro, oxigena as veias do corpo social. O que resulta desse jogo entre contrários acaba favorecendo o processo democrático, que se alimenta nas fontes de grupos participativos e críticos. Pois bem, o Brasil está ativo. Não padece de inanição por entupimento das veias cívicas.

Dito isto, vejamos o que se comenta. Bolsões bolsoneiros defendem com vigor a ideia de que seu candidato porá ordem na casa, acabando com a bagunça que se espalha por todos os cantos. No cesto da bagunça, entra um pouco de tudo: a propinagem que corre solta nas malhas da corrupção; a bandidagem que ceifa a vida de milhares de brasileiros; a invasão e depreciação de patrimônios (público e privado) por núcleos do MST e MTST e movimentos congêneres; enfim, o apartheid social apregoado há tempos pelo PT e aglomerados, com a veemente acodamento da luta de classes.

Para fortes parcelas – das margens ao topo da pirâmide – Bolsonaro é o guerreiro com coragem de lutar contra agentes responsáveis pela degradação da vida social. Mesmo seus simpatizantes do andar superior desconsideram o fato de sua eventual vitória puxar o país para o lado perigoso da extrema direita, cuja tendência é a de fechar portas a posições progressistas e renovadoras.

No outro extremo, habitam os defensores do lulismo-petismo, representados pelo candidato a vice-presidente, Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, cuja aparência jovial não disfarça a posição de ventríloquo de Lula, na medida em que se comprometeu a dar todos os recados do mandachuva do petismo. O slogan da campanha diz tudo: “O Brasil feliz de novo”.

O engodo tem como foco as massas, ainda saudosas da era 1ª fase da era lulista, que propiciou fácil acesso ao consumo. O rombo da era diluista será esquecido no baú das más recordações, com a própria mandatária dos últimos anos do lulismo sendo elevada ao Senado pela vontade do eleitorado mineiro. Contradição da nossa política.

Enquanto as margens petistas correm em direção ao banquete, as do meio desfraldam a bandeira da luta de classes, desejando ver triunfar o comunismo/socialismo clássico, que, aliás, não sobrevive nem na China, que implantou um capitalismo de Estado, vive os estertores na Venezuela e na Nicarágua, e sobrevivendo sob as ditaduras de Cuba e da Coreia do Norte.

Esses são os exércitos dos extremos do arco ideológico, que vestem seus ícones com o manto de “salvadores da Pátria”. Tal divisão representa as maiores parcelas do país? Será que o território, tão devastado pela corrupção, será empurrado para um governante das extremidades do arco ideológico? O que pode ocorrer em caso de vitória de um ou outro? A óbvia resposta aponta para larga rachadura na paisagem social, a denotar a expansão dos confrontos.

No fluir das conversas, emerge o grupo que aponta uma saída pelo meio, abrigando os perfis de Álvaro Dias, Geraldo Alckmin e mesmo Ciro Gomes, cujo aparelho fonador pode ser contido – é a torcida – se vier a galgar o píncaro da montanha. Meirelles e Marina estariam fora do jogo, o primeiro pelo pesado perfil, já à guerreira do nosso “verde amazônico” faltaria estrutura para amealhar a maioria eleitoral.

Esse é o tom da orquestra nesse início de concerto.

(\*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. [Twitter@gaudtorquato](mailto:Twitter@gaudtorquato). [Acesse o blog \(www.observatoriodaeleicao.com\)](http://www.observatoriodaeleicao.com).

## Famílias separadas pela Guerra da Coreia se reencontram



Evento acontece em meio à reaproximação entre os dois países.

Dezenas de idosos sul e norte-coreanos se reencontraram ontem (20) com seus parentes pela primeira vez desde que foram separados pela Guerra da Coreia (1950-1953). Sob a supervisão de agentes de Pyongyang, a série de reuniões familiares durará até amanhã (22) e acontece no Monte Kumgang, famoso ponto turístico da Coreia do Norte.

89 idosos dos dois países devem participar do programa, e os familiares poderão passar 11 horas juntos. Entre eles está a idosa Lee Keum-seom, de 92 anos, que não via o filho, Sang Chol, 71, desde que a guerra eclodiu. Na ocasião, ela, que vive

no Norte, se separou do marido e do filho, que partiram de balsa para o Sul. “Não sei o que sinto, se é positivo ou negativo. Não sei se é real ou um sonho”, disse Lee Keum-seom.

A Guerra da Coreia separou milhares de famílias e terminou sem um acordo de paz. No entanto, a reaproximação entre Sul e Norte possibilitou os reencontros. Ao menos 130 mil sul-coreanos se inscreveram para participar do programa, porém, por conta da idade avançada dos candidatos, muitos morreram esperando para rever suas famílias – grande parte dos participantes possui mais de 80 anos (ANSA).

# Ministras do STF conclamam mulheres a buscar igualdade pelo voto

A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, e a ministra Rosa Weber, também do STF e presidente do TSE, fizeram apelo ontem (20) para que as mulheres exerçam seu direito a voto com consciência, de modo a aumentar a participação feminina na política

As duas ministras participaram de um seminário Elas por Elas, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre a temática da mulher no poder estatal e na sociedade.

Durante o evento foi comemorado o fato inédito de mulheres ocuparem nesta semana, simultaneamente, os cargos máximos de cinco órgãos de Justiça brasileiros. Também participou do evento a presidente do STJ, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça. Rosa Weber destacou que as mulheres constituem 52,5% do eleitorado (73.337.919 eleitoras) nas próximas eleições, mas constam como candidatas em apenas 30,7% (8.353) dos pedidos de registro para os 1.654 cargos eletivos em disputa neste ano.

A ministra ressaltou que, mesmo entre esses registros, há provavelmente muitos casos de



A presidente do STF e do CNJ, ministra Cármen Lúcia e a ministra do STF e presidente do TSE, Rosa Weber.

candidaturas “fantasma”, feitas por partidos cujas candidatas não entram de fato na disputa. Destacou ainda o fato de que menos de 10% dos cargos para deputado federal serem ocupados por mulheres e apenas 18% para senadoras. Rosa

Weber conclamou as brasileiras a reverterem “o paradoxo desse quadro, quando a maioria do eleitorado é feminino”.

Cármen Lúcia afirmou ser excepcional o fato de tantas mulheres ocuparem posições de poder no campo da Justiça,

e que isso somente intensifica os preconceitos, não os diminui. “Para não termos mais o quadro que a ministra Rosa Weber acaba de traçar aqui, em termos de representação, é preciso que a mulher esteja presente para se fazer representar”, afirmou Cármen, também conclamando as eleitoras a fazerem diferença pelo voto na busca pela igualdade.

Ao mencionar as eleições deste ano, a ministra Laurita Vaz disse que a situação “rara” da presença de mulheres em posições de comando na Justiça não significa que elas deixaram de ser preteridas ao buscar crescer em suas carreiras. “Precisamos ter a plena consciência de que estamos aqui hoje vivendo um momento mais do que especial, mas esse momento não é a regra, e tanto não é regra que hoje ainda é notícia”, disse a advogada-geral da União, Grace Mendonça (ABR).

## Cartórios poderão ter serviço de aprendizagem para empregados

A Câmara analisa proposta de criação do Serviço Social e de Aprendizagem dos Empregados em Serventia Notarial e de Registro (Sesantor) – os cartórios. A medida está prevista no projeto apresentado pelo deputado Alex Canziani (PTB-PR). Pelo texto, o Sesantor deverá desenvolver e executar programas voltados à promoção social do empregado e de seu núcleo familiar, notadamente no que se refere à saúde, cultura, lazer e segurança no trabalho.

Além disso, desenvolverá ações voltadas para a aprendizagem desse empregado, como treinamento, preparação, qualificação, aperfeiçoamento, capacitação e formação profissional. Para Canziani, a importância e a especificidade dos serviços de cartório justificam a criação de uma entidade própria integrada. Ele destaca que o “Sistema S” oferece relevantes serviços na área social e de aprendizagem profissional aos empregados de cada segmento produtivo.

Pelo texto, caberá à Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) criar, organizar, e administrar o Sesantor. Será assegurada, na composição dos conselhos, a presença de empregados dos cartórios, bem como de representantes do Poder Público. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## País pode ganhar novo marco para o setor agropecuário

Passados mais de 20 anos do estabelecimento da Política de Garantia de Preços Mínimos, o setor agropecuário pode estar prestes a ganhar um novo incentivo com a aprovação de um projeto que aprimora os mecanismos de subvenção governamental ao seguro rural – o projeto da senadora Kátia Abreu (PDT-TO). A discussão da proposta na Comissão Assuntos Econômicos (CAE) deve ser votada na próxima reunião do colegiado, ainda a ser agendada.

O texto, que seguirá diretamente para a Câmara caso seja aprovado na Comissão, altera a Lei 8.427, de 1992 para permitir que o prêmio dos contratos de opções de venda negociados por meio da BM&F possa ser subvencionado com recursos oriundos do Orçamento da União. O projeto também amplia a cobertura do seguro rural, passando da



Senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

proteção contra apenas riscos climáticos para garantir também outros tipos de sinistros derivados, por exemplo, de epidemias, comercialização ou variações cambiais.

Para Kátia Abreu, após 26 anos de vigência da Lei

8.427/1992 e 15 anos da Lei 10.823/2003, tornou-se necessária a modernização de seus textos para que sejam criadas no Brasil as condições de implementação de uma política efetiva de gestão de riscos no setor agrícola. Ela afirma que o projeto estabelecerá o terceiro marco do setor.

“O primeiro foi com o presidente Collor quando ele estabeleceu a política de preços mínimos. Depois, em 2003, veio o projeto do Moacir Micheletto com o seguro de clima. Na época, nós queríamos fazer o seguro de preço também, de risco de mercado, mas não foi possível e nós só ficamos com o seguro de clima. Esses foram os dois grandes avanços: em 1992, em 2003, ainda no governo Lula, e agora, em 2018, aprovando esse aqui, teremos o terceiro marco para a agricultura brasileira”, apontou (Ag.Senado).

## TST mantém leilão de distribuidoras da Eletrobras

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Batista Brito Pereira, derrubou ontem (20) uma decisão da primeira instância da Justiça do Trabalho que havia suspenso o leilão de seis distribuidoras de Eletrobras, marcado para o próximo dia 30. A decisão já havia sido derrubada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ), mas voltara a valer após um recurso feito pelos sindicatos dos trabalhadores das distribuidoras, que alegaram risco de eliminação de empregos.

A Advocacia-Geral da União (AGU) apelou ao TST, na sexta-feira (17), para garantir o leilão. O presidente do TST, ao derrubar a decisão que suspendia os leilões, afirmou haver risco de “iminência de grave lesão à ordem e à economia pública”. Ele disse que a suspensão dos leilões causava insegurança jurídica “ao processo de desestatização, seja em relação a eventuais interessados na aquisição das



A AGU sustentou que o leilão é necessário porque as empresas são deficitárias.

empresas, seja em relação ao valor a ser ofertado”.

No recurso, a AGU sustentou que o leilão é necessário porque as empresas são deficitárias e a Eletrobras não tem recursos para aplicar na subsidiárias. Além disso, o órgão argumentou que a venda é a única forma de garantir os contratos de trabalho e a continuidade do fornecimento de energia.

Até o momento, a Eletrobras já promoveu o leilão da Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e pretende vender ainda as seguintes distribuidoras: Companhia Energética de Alagoas, Companhia de Eletricidade do Acre (Eletraoacre), Centrais Elétricas de Rondônia S.A., Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A (ABR).

## Planos de saúde poderão cobrir tratamentos contra o tabagismo

A Comissão de Direitos Humanos do Senado acatou proposta, apresentada como sugestão legislativa pelo Instituto Oncoguia, para que os planos de saúde sejam obrigados a cobrir tratamentos contra o tabagismo. Segundo o texto, que começou a tramitar no Senado, a cobertura, além do atendimento ambulatorial, deverá incluir o fornecimento de medicamentos para quem quer se livrar da dependência de nicotina. O Instituto Oncoguia citou uma pesquisa da Aliança de Controle ao Tabagismo (ACT) dando conta que o país dispende cerca de R\$ 20 bilhões anualmente com o tratamento de doenças relacionadas ao cigarro. Um valor 3,5 vezes

superior ao que a Receita Federal arrecada sobre a tributação de produtos derivados do tabaco. A entidade ainda avalia que as próprias operadoras de planos de saúde serão beneficiadas com a medida, pois cairão seus custos relacionados ao tratamento das 50 doenças relacionadas ao consumo do tabaco.

Por fim, o Oncoguia alerta que a dependência de nicotina gera um grande desconforto psicológico e físico aos fumantes que tentam se livrar deste vício, o que diminui as chances de êxito. E que 80% dos fumantes desejam parar de fumar, mas apenas 3% conseguem fazer isso sozinhos, o que demanda portanto tratamento específico (Ag.Senado).